



197 17  
m

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Sílvia de Arruda Beltrão  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental: 191535-1/01 – Comarca: Recife**  
**Agravante: Francisco Geraldo de Holanda Pereira**  
**Advogado: Carlos Eduardo Leal Aguiar Silva**  
**Agravado: Banco Santander (Brasil) S. A. (sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A.)**  
**Advogada: Mayara Quidute Melo**  
**Relator: Des. Sílvia de Arruda Beltrão**

**EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DÉBITO DE VÁRIAS PARCELAS. INOCORRÊNCIA DO DEPÓSITO DO MONTANTE TOTAL. POSSIBILIDADE DE NEGATIVAÇÃO DO NOME DO DEVEDOR. POSICIONAMENTO UNÍSSONO NO STJ. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO.**

- Não restam dúvidas que a boa exegese do regramento legal insculpido no caput, do art. 557, do CPC, conduz ao entendimento de que é permitido ao relator dar provimento, monocraticamente, a recurso de agravo manifestamente em consonância com o posicionamento pacificado no Colendo STJ;
- É possível e plausível a negativação do nome do devedor, vez que não foi realizada a consignação do montante incontroverso, que seria o total da dívida estipulada em consonância com o contrato firmado entre as partes;
- Precedentes do STJ;
- Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo de nº 191535-1/01, onde figura como recorrente **Francisco Geraldo de Holanda Pereira**, e como recorrido o **Banco Santander (Brasil) S. A.**

**ACORDAM** os Exm<sup>os</sup>. Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível deste Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **EM NEGAR PROVIMENTO** ao presente **AGRAVO REGIMENTAL**, mantendo inalterada a decisão terminativa proferida no Agravo de Instrumento de nº 191535-1, tudo em conformidade com o relatório e o voto anexo, que passam a integrar esse julgado.

Recife, 15/12/2009

**Des. Sílvia de Arruda Beltrão**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Terceira Câmara Cível

Agravo Regimental: 191535-1/01 - Comarca: Recife  
Agravante: Francisco Geraldo de Holanda Pereira  
Advogado: Carlos Eduardo Leal Aguiar Silva  
Agravado: Banco Santander (Brasil) S. A. (sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A.)  
Advogada: Mayara Quidute Melo  
Relator: Des. Sílvio de Arruda Beltrão

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental, interposto por Francisco Geraldo de Holanda Pereira, através de seu patrono legal, em face de **decisão terminativa** proferida, monocraticamente, por esta relatoria, nos autos do Agravo de Instrumento de nº 191535-1, que deu provimento ao mesmo, vez que consoante a jurisprudência pátria dominante não pode ser impedida a empresa credora de negativar o nome do devedor em face de débito existente.

O decisório, ora recorrido, deu provimento monocrático ao referido recurso, em face do mesmo estar em consonância com a jurisprudência sedimentada do Colendo Superior Tribunal de Justiça, no tocante a possibilidade de ser negativado o devedor que não deposita o montante total do débito, ou, ao menos, consigna os valores correspondentes todas as parcelas vencidas.

Afirma inicialmente a recorrente, que é latente o perigo da demora no caso em apreço, já que está prestes a fechar um contrato de prestação de serviços, mas se for negativado pelo banco, não poderá fechar tal negociação, além do mais, o recorrido poderá cobrar a diferença do crédito, com juros e a atualização monetária através dos meios legais.

Por fim, esclarece que é latente a possibilidade de dano irreparável, não podendo prevalecer a decisão combatida, principalmente pelo fato da possibilidade de perder o contrato a ser firmado com o Governo da Bahia.

É o relatório.

Recife,

Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Relator



199 19  
mm

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
Tribunal de Justiça  
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Terceira Câmara Cível

**Agravo Regimental:** 191535-1/01 – Comarca: Recife  
**Agravante:** Francisco Geraldo de Holanda Pereira  
**Advogado:** Carlos Eduardo Leal Aguiar Silva  
**Agravado:** Banco Santander (Brasil) S. A. (sucessor por incorporação do Banco ABN Amro Real S. A.)  
**Advogada:** Mayara Quidute Melo  
**Relator:** Des. Sílvio de Arruda Beltrão

VOTO DO RELATOR

Cuido que o presente recurso visa a reforma da decisão que deu provimento monocrático ao Agravo de Instrumento de nº 191535-1, sob a alegativa de que o recurso estaria em consonância com a jurisprudência dominante do Colendo Superior Tribunal de Justiça, vez que é totalmente possível a negativação do nome do devedor quando não depositado o montante incontroverso da dívida existente.

Há de salientar, que a parte recorrente afirma que a decisão proferida por esta relatoria nos autos do recurso instrumental foi proferida de forma contrária as provas dos autos, vez que não está em consonância com o Código de Processo Civil, entretanto, após analisar os autos, não percebo qualquer tipo de vício, vez que o entendimento apresentado na celeuma combatida está em consonância com a jurisprudência brasileira.

Note-se que a decisão proferida nos autos do recurso de instrumento se baseou em julgados prolatados no Colendo Superior Tribunal de Justiça, que deixam claro e evidente que apenas não seria possível a negativação do devedor em caso de ser depositado o montante incontroverso, ou seja, o que era devido até aquele momento, o que não foi demonstrado na seara em apreço.

Ora, o recorrente deixou de adimplir várias parcelas do contrato firmado entre as partes litigantes e só depois teve a intenção de ingressar com uma ação consignatória, o que deixa claro a mora do mesmo em relação a parte adversa, não podendo ser beneficiada com a não negativação de seu nome sem depositar a totalidade da dívida, pois do contrário estaria sendo injusta a decisão concessiva de liminar, que autorizasse a retirada do nome do devedor do cadastro dos órgãos de proteção ao crédito.

Trago à baila a decisão combatida, vazado nos seguintes termos:

O BANCO SANT'ANDER (Brasil) S. A., através de seus patronos, intentou a presente insurgência recursal com o fito de anular o ato decisório prolatado pelo magistrado da 7ª Vara Cível da Capital nos autos da Ação de Consignação em Pagamento com Pedido de Revisão e Anulação de Cláusulas c/c Indenização por Danos Morais nº 001.2009.101870-7, que deferiu o pleito formulado,

200 20  
mr

impedindo que o ora agravante pudesse negar a devedora pelo débito existente.

Afirma o agravante, que o agravo deve ser interposto pela modalidade instrumental, pois podem ser causados prejuízos a recorrente.

Assevera a instituição bancária agravante, que a decisão proferida em sede de 1ª instância é desprovida de correção, já que a parte adversa não está cumprindo o contrato firmado pela alegação de que os juros cobrados são abusivos, sendo totalmente possível a negatificação da mesma perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. É o relatório. Decido.

Analisando os autos, percebo claramente que o agravado não está adimplindo a dívida existente do modo como inicialmente convencionado, inclusive, não demonstrando a clara intenção de realizar tal ato, ao revés, atua de maneira contrária, tornando evidente que tem a intenção de postergar o pagamento, através de interposição de ação de revisão de todas as cláusulas contratuais, o que desnatura a boa-fé do mesmo.

O contrato firmado entre os litigantes, foi assinado sem qualquer ofensa ao ordenamento jurídico pátrio, o que faz perceber que deve ser considerado válido e lícito, não podendo ser desrespeitado sem uma justificativa plausível ou sem que haja uma determinação judicial em sentido inverso, através da ação judicial correspondente para a revisão das cláusulas contratuais, ou seja, o descumprimento permite que a parte prejudicada procure os meios legais cabíveis para resolver a celeuma instaurada.

Ora, é plenamente possível a revisão das cláusulas de qualquer contrato firmado entre particulares, entretanto, devem ser respeitadas certas regras para que isso ocorra, não sendo possível que um dos contratantes deixe de respeitar o contrato por unilateral deliberação, como ocorreu na demanda em discussão, quando se constata que o ora recorrido não quer pagar as parcelas inicialmente pactuadas.

Na atualidade pode, e deve, ser negativado o nome do devedor perante os órgãos de proteção ao crédito, quando não é depositado o valor tido como incontroverso, vez que o entendimento da jurisprudência brasileira se modificou quanto ao tema, sendo impossível a negatificação de devedores apenas se forem depositados os valores tidos como indiscutíveis, o que não se afigurou no presente caso, pois o devedor apenas ingressou com uma ação de nulidade do contrato, debatendo todas as cláusulas firmadas no negócio firmado entre os litigantes, sem depositar qualquer valor efetivamente estipulado.

Destaque-se também, que os valores indiscutíveis devem ser entendidos como os estipulados no contrato, e não os que a parte indicar sem qualquer base legal, pois não há provas de que o instrumento contratual foi assinado através de algum ato ilegal, contrário aos contratantes, ao revés, o contrato foi firmado em consonância com os ditames legais.

Percebe-se que o Superior Tribunal de Justiça entende que apenas não pode haver a negatificação dos nomes dos devedores em caso de ser discutido o contrato, mas com a ressalva de ser depositado em juízo o montante tido como incontroverso, pois do contrário causar-se-ia grave prejuízo aos credores. Transcrevo a seguir julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema:

EMENTA: CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. FUMUS BONI IURIS. AUSÊNCIA. CADASTRO DE SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÉBITO. DISCUSSÃO EM JUÍZO. NÃO SUFICIENTE PARA IMPEDIR A INCLUSÃO DE NOME. PRECEDENTE. IMPROVIMENTO.

201 21  
m

(Processo: AgRg na MC 8629/SP; Agravo Regimental na Medida Cautelar 2004/0102880-0; Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR; Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA; Data do Julgamento: 03/02/2005; Data da Publicação/Fonte: DJ 18.04.2005 p. 338).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. REEXAME DE PROVAS. CIVIL. CONTRATO. CRÉDITO BANCÁRIO. DISCUSSÃO. JUÍZO. INSCRIÇÃO SERASA. POSSIBILIDADE.

1 - Não decididas pela Tribunal de origem as matérias referentes aos dispositivos tidos por violados, ressente-se o especial do necessário prequestionamento (súmula 211/STJ).

2 - Violação genérica de lei federal, sem indicação precisa e clara de qual ou quais dispositivos estariam vulnerados, denota deficiência recursal (súmula 284/STF).

3 - A aferição da ocorrência dos requisitos mínimos da cautelar (fumus boni juris e periculum in mora) é intento não condizente com o recurso especial, pois demanda revolvimento fático-probatório, vedado pela súmula 7/STJ.

4 - Na linha do entendimento pacificado pela Segunda Seção (Resp. nº 527.618/RS), somente fica impedida a inclusão dos nomes dos devedores em cadastros de proteção ao crédito se implementadas, concomitantemente, as seguintes condições: (a) o ajuizamento de ação, pelo devedor, contestando a existência parcial ou integral do débito, (b) a efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça e (c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado, requisitos, in casu, não demonstrados nos autos e que, em última ratio, fazem incidir o óbice da súmula 83/STJ.

5 - Recurso especial não conhecido.

(Processo: REsp 604515/SP; RECURSO ESPECIAL 2003/0200900-87; Relator: Ministro FERNANDO GONÇALVES; Órgão Julgador: T4 -QUARTA TURMA; Data do Julgamento: 12/12/2005; Data da Publicação/Fonte: DJ 01.02.2006 p. 562).

Importante também demonstrar que o posicionamento do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco é pacífico quanto ao caso:

EMENTA: Processo Civil. Agravo de instrumento. Ação Revisional de Cláusulas Contratuais. Exclusão da inscrição negativa do autor/agravado dos registros do SERASA, SPC e CADIN. Impossibilidade, salvo se depositado o valor incontroverso do débito. Agravo de instrumento provido à unanimidade. 1.Na Ação Revisional de Cláusulas Contratuais, só é possível a antecipação dos efeitos da tutela para retirar a inscrição do nome do devedor de órgãos de proteção ao crédito, como o SERASA, SPC e CADIN, se o autor deposita o valor que entende incontroverso, ou presta caução idônea. 2.Hipótese de não depósito de valor incontroverso ou oferecimento de caução. 3.À unanimidade de votos, deu-se provimento ao agravo de instrumento.

(Agravo de Instrumento: 63525-2; Comarca: Floresta; Relator: Des. Jones Figueirêdo; Órgão julgador: Quarta Câmara Cível; Data do Julgamento: 25-08-2005; Publicação: Nº DJ: 173; Data da Publicação: 13-09-2005).

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSCRIÇÃO DO NOME DA PARTE DEVEDORA NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÕES CADASTRAIS.



202 22  
nr

ATIVIDADE LEGÍTIMA. O AJUIZAMENTO DE AÇÃO JUDICIAL PARA DISCUSSÃO DO DÉBITO, POR SI SÓ, NÃO IMPEDE A ANOTAÇÃO NA LISTA DE INADIMPLENTES. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEPÓSITO DO VALOR INCONTROVERSO E PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO - RECURSO PROVIDO, POR UNANIMIDADE. 1. Os órgãos que mantêm cadastro para proteção de crédito têm suas atividades legitimadas podendo, inclusive, prestar informações acerca da situação dos inadimplentes ali cadastrados objetivando diminuir a realização de novas dívidas por parte das pessoas físicas ou jurídicas, sem o cumprimento de obrigações anteriormente assumidas. 2. A jurisprudência do STJ, tem firmado posicionamento no sentido de que a exclusão do nome do devedor dos órgãos de restrições cadastrais pelo simples fato de terem ajuizado ação para discussão do débito, sem nada pagar ou depositar, deve ser aplicado com cautela. 3. Na hipótese dos autos, a parte devedora promoveu ação ordinária de revisão de cláusulas contratuais, reconhecendo, expressamente a existência dos débitos, limitando-se, tão somente, a justificar o seu inadimplemento em decorrência de crise financeira sem, contudo, individualizar as respectivas transações celebradas com a parte credora, nem tampouco, comprovar que efetuou o valor que entende incontroverso ou que prestou caução. Tal circunstância impõe a inscrição de seu nome, bem como, de seus representantes legais, na lista de inadimplentes.

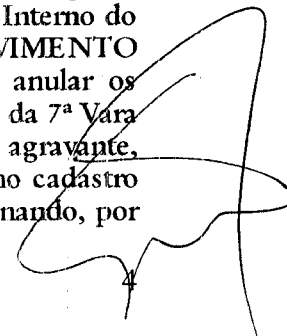
(Agravado de Instrumento: 102238-4; Comarca: Bodocó; Relator: Des. Eduardo Augusto Paura Peres; Órgão Julgador: Terceira Câmara Cível; Data do Julgamento: 4/5/2004; Publicação: Nº DJ: 102 Data da Publicação: 3/6/2004).

EMENTA: CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. SERASA. LIMINAR. RETIRADA DOS NOMES DOS INADIMPLENTES DOS BANCOS DE DADOS. IMPOSSIBILIDADE. DISCUSSÃO EM JUÍZO. DEPÓSITO. INOCORRÊNCIA. Tem-se admitido a concessão de tutela antecipada ou liminar em Medida Cautelar para a retirada do nome da parte inadimplente dos órgãos de proteção ao crédito, desde que haja discussão em juízo, em ação própria e o depósito da quantia que se entende devida. Inexiste, in casu, demonstração de que o devedor deseja adimplir seu débito, de forma a justificar a retirada do seu nome do cadastro de restrições. Agravo provido. Decisão Unânime.

(Agravado de Instrumento: 68373-8; Comarca: Araripina; Relator: Des. Adalberto de Oliveira Melo; Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível; Data do Julgamento: 13-09-2005; Publicação: Nº DJ: 192; Data da Publicação: 08-10-2005).

Ora, não restam dúvidas de que é perfeitamente possível e correta a negatificação dos nomes de devedores inadimplentes perante os órgãos de proteção ao crédito quando apenas se discutem as cláusulas contratuais e os percentuais de juros estipulados, sem que ocorra o depósito do valor total do débito, tido como incontroverso, devendo prosperar de plano o presente recurso instrumental.

Ante o exposto, e nos termos do artigo 557, §1º - A do Código de Processo Civil, além do artigo 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, DOU PROVIMENTO monocrático ao presente recurso instrumental, para anular os efeitos da decisão liminar proferida pelo juiz de direito da 7ª Vara Cível da Capital, no sentido de permitir que o Banco agravante, querendo, negative o devedor, pelo débito existente, no cadastro dos órgãos de proteção e restrição ao crédito, determinando, por



consequência, após o trânsito em julgado desse instrumento decisório, a remessa do presente recurso ao juízo de origem.

Oficie-se. Publique-se.

Recife, 24/07/2009

Des. Sílvio de Arruda Beltrão - Relator

203. 23  
mu

No caso em tela fica evidente que a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífica sobre o tema, destacando que é possível ao relator dar provimento a recurso manifestamente em consonância com jurisprudência de Tribunal Superior, principalmente quando se observa que o entendimento adotado respeitou a jurisprudência pátria e não agiu em confronto ao disposto no Código de Processo Civil.

Assim, não há razões para que seja modificada a decisão terminativa proferida no Agravo de Instrumento de nº 191535-1, por ter ficado evidente que o posicionamento do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífico em relação ao tema, não sendo justo que o devedor sem recolher o montante incontroverso do débito, qual seja, a totalidade da dívida até aquele momento processual, beneficie-se com a retirada ou não ingresso do seu nome nos cadastros de restrição dos órgãos de proteção ao crédito.

Ante o exposto, voto pelo **IMPROVIMENTO** do presente Agravo Regimental.

É como voto.

Recife,

15/12/2005  
Des. Sílvio de Arruda Beltrão  
Relator